

ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO PERICIAL SOB O OLHAR PSICANALÍTICO

Osana Noujain Ramos Nitani (G-UFMS)
Silvia Maria Bonassi (UFMS)

Resumo: Este artigo expõe a forma como a Psicologia usando da teoria psicanalítica desenvolve um laudo pericial contribuindo para o diagnóstico de crianças vitimizadas, seja por maus tratos, negligência, abuso ou exploração sexual. Os mecanismos de comunicação verbal das crianças de tenra idade, muitas vezes não são suficientes para esclarecer um inquérito policial, necessitando a policia, do serviço de investigação pericial psicológica. A Ciência Psicologia trabalha em defesa dos direitos da criança.

Palavras-chave: Perícia Psicológica. Negligência Familiar. Vitimização infantil. Abuso sexual contra crianças.

Abstract: This paper expounds the way that the psychology using psychoanalysis theory develops an expert report contributing to the diagnostic of victimized children, such as maltreatment, negligence, abuse or sexual exploration. The verbal communication mechanisms of the little age children, many times aren't enough to explain a police inquiry, requiring the police of the psychologist expert investigation. The Psychology works in defense of the children's right.

Key-Words: Expert Psychology; Family Negligence; Child Victimization; Child Sexual Abuse.

1 Introdução

A violência urbana, institucional e familiar, em suas diversas formas de manifestação, tem sido invariavelmente compreendida pelos estudiosos e pesquisadores como um fenômeno de alta complexidade, em especial aquelas que afetam a sexualidade. Quando praticada contra crianças e adolescentes, atinge os mais altos níveis de complexidade e, como vem sendo demonstrado por pesquisadores, deve ser analisada em um contexto histórico-social de violência endêmica e de profundas raízes culturais. No campo da violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo como base a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a Constituição Federal Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente¹ - Lei 8069/90, hoje as ações de enfrentamento dessas questões no Brasil estão sob a égide do **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil**, construído pelos movimentos sociais e aprovado pelo **CONANDA** em julho do ano 2000 como instrumento de defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes. O **Plano Nacional** prevê a criação, fortalecimento e implementação de um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente em situação ou risco de violência sexual.

2 Personalidade

¹ A partir de agora, será denominado de ECA.

A personalidade é uma organização construída por todas as características cognitivas, afetivas, volitivas e físicas de um indivíduo. Ela é um traço de originalidade de uma pessoa e o resultado da integração de três aspectos fundamentais no seu desenvolvimento e evolução: o biológico, o psicológico e o social, cuja interação é dinâmica e evolutiva. Cada indivíduo tem a sua história pessoal, única e intransferível de desenvolvimento, e sua conduta pode ser entendida como uma manifestação da personalidade (D'Andrea, 1978).

O modelo de desenvolvimento mental é concebido como “uma flor desabrochando em toda sua beleza e perfeição desde que lhe fosse dado um ambiente apropriado” (Meltzer, 1989).

3 Psicanálise

A teoria psicanalítica postula um dualismo pulsional: à pulsão de vida, também chamada de Eros, voltada para o amor e ao que é construtivo, opõe-se ao Thanatos, a pulsão de morte, que age destrutivamente nas edificações da pulsão de vida.

Freud² estudou o desenvolvimento psicosexual da criança, descrevendo as suas várias etapas nas fases oral, anal, fálica e genital, depois complementadas pelos achados de Melanie Klein³ e outros psicanalistas.

Melanie Klein é uma das mais importantes precursoras da Psicanálise infantil, uma técnica de análise do comportamento humano que usa a atividade lúdica como meio de comunicação projetiva da personalidade. Nesta experiência analítica a criança expressa seus sentimentos em cenas lúdicas, associadas livremente tais como, fantasias, contos, sonhos, e devaneios. As brincadeiras e os desenhos podem indicar conteúdos latentes ocultos sob um conteúdo manifesto. Estas manifestações promovem a comunicação de vivências sejam elas positivas ou negativas e contribuem para o diagnóstico e tratamento de crianças vitimizadas, seja por maus-tratos, negligência, abuso ou exploração sexual⁴.

4 Perícia Psicológica

Os mecanismos de comunicação verbal das crianças muitas vezes não são suficientes para esclarecer um inquérito policial, necessitando a polícia do serviço de investigação pericial psicológica. A atividade do psicólogo na função de perito também ficou legitimada através de seu órgão de classe – O Conselho Federal de Psicologia⁵ (CFP). No Decreto 53.964 (21.01.64), que regulamenta a Lei 4.112, responsável pela criação da profissão psicólogo, já esta prevista, entre outras situações a de “realizar perícias e emitir pareceres sobre matéria de Psicologia”. Em 1992, esse Conselho remeteu ao Ministério do Trabalho uma descrição mais completa das atividades que caracterizam o trabalho do psicólogo, e entre as quais destacam:

Avaliar as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças ou determinação de responsabilidade legal por atos criminosos. Atuar como perito judicial nas varas cíveis, criminais, justiça do trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias a serem anexados aos processos. (Conselho Federal de psicologia, 1995).

² FREUD, S. **O instinto e suas Vicissitudes**. In: _____. 1980. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, Vol. 14.

³ KLEIN, M.: **El Psicoanálisis de niños**. Buenos Aires, Hormé, 1964, 2ª ed. trad. por A. Aberastury.

⁴ GUERRA, Viviane N. de A. **A violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. São Paulo Cortez, 1987.

⁵ Ver Conselho Federal de Psicologia, C.F.P.

5 Laudo Pericial

O objetivo de uma investigação diagnóstica pericial⁶, é a elucidação de situações e fatos controversos, decorrentes de conflitos de interesses em relação a um direito pleiteado, ou mesmo anteriores a estes, por ação do Ministério Público que busca a apuração de responsabilidades por atos ilícitos.

A perícia, como meio de prova, não se constitui em uma verdade soberana. Quando anexada aos autos deverá ser objeto de análise minuciosa por parte dos agentes envolvidos na questão litigiosa, que devem apresentar, de forma clara e lógica, seus achados e conclusões. O resultado do trabalho pericial precisa ser apresentado por meio de um laudo técnico⁷ sucinto, mas com seus achados descritos com precisão e analisados de forma a fundamentar cada conclusão (Taborda, 2004).

6 Abuso sexual contra a infância

O abuso sexual de seres humanos pelos seus semelhantes têm sido uma constante na história da humanidade. Parece que tal conduta também se deu dirigida contra as crianças e adolescentes. Todavia, meninas, muito mais do que os meninos parecem não estarem a salvo em nossa cultura, de todos os tipos de abusos sexuais, desde a sedução pura e simples, passando pelo incesto, pelas experiências erotizadas e sexuais, até o estupro. Só recentemente, essa questão vem sendo problematizada, enquanto um fenômeno social a ser explicado, compreendido e enfrentado pela sociedade brasileira. Como conseqüências de tal fato, parecem ser variadas as iniciativas para se efetivar o respeito aos seus direitos associado com as melhorias de suas condições e qualidade de vida.

A problemática do abuso sexual não é somente da alçada privada e familiar. Suas conseqüências e seqüelas já são fartamente documentadas. Os custos pessoais, sociais e econômicos são muito altos para que se mantenha a omissão face à sua responsabilização.

A responsabilização apesar de ser predominantemente do abusador, é também, social e política. A ordem legal deve responsabilizar e punir os abusadores. As instituições sociais devem ser melhor estudadas e analisadas, provendo de informações as políticas públicas e sociais para prevenir e tratar a existência de meninas abusadas e adultos sexualmente abusadores.

A Constituição Brasileira refere-se a dois tipos de violação de direitos sexuais passíveis de sofrerem punição: violência sexual e exploração sexual.

O Código Penal (Art. 224) reconhece como violência sexual a participação de experiências sexuais de pessoas com menos de quatorze anos, mesmo que não tenha havido resistência por parte da vítima. O Código Penal Brasileiro inclui como violência sexual atos considerados como "conjunção carnal" e "atos libidinosos". Conjunção carnal- compreende as situações de estupro, posse sexual mediante fraude, sedução, corrupção de menores e raptos (mediante fraudes ou consensual).

Após o exposto, vamos exemplificar através de um Estudo de Caso periciado, na Clínica Escola de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

⁶ Na área cível a perícia judicial esta regulamentada pelo Código Civil de 1973 (CPC, Lei n. 5.869/73, parcialmente alterado pela Lei 8.455 de 24/08/92.

⁷ TABORDA, J.G.V. Exame pericial psiquiátrico. In TABORDA, J.G.V., CHALUB, M. Abdalla, E. Psiquiatria Forense. Porto Alegre: Artmed,2004.

7 Método

Análise documental do inquérito, Estudo de Caso, Parecer Psicológico Pericial.

Instrumentos utilizados: Entrevista familiar, Anamnese, Exame clínico lúdico, Teste projetivo de personalidade, Documentos de inquérito policial, realizado numa Clínica-Escola de Psicologia. Resultados: O ambiente familiar era vitimizador, os pais eram negligentes, a família vivia agregada em função do estado de pobreza, segundo a fala das crianças e atividades lúdicas analisadas, o tio cometeu o abuso sexual contra as sobrinhas por manipulação manual dos genitais e a família tem alimentado o complô do silêncio. Conclusão: As crianças estavam em sofrimento psíquico, sua família apresentou características incestogênicas, desde outras épocas, uma vez que os pais são primos. A prole está em risco, mesmo assim apresentam um desejo idealizado de família harmoniosa. Indicação terapêutica: Psicoterapia Familiar e Acompanhamento Psico-social.

Abordaremos a seguir os passos da Perícia Psicológica em questão.

Solicitação:

Delegada de Polícia Titular da Delegacia de Atendimento a Mulher – Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública – Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul a fim de instruir Inquérito Policial, que versa sobre “Investigação Clínica para diagnóstico de Risco de vida e Abuso Sexual”, onde figuram como vítimas três irmãs, a primeira com 10 anos, a segunda com 8 anos e a terceira com 6 anos. A mãe tem 29 anos, doméstica, e o pai 31 anos, carvoeiro, tendo como indiciado, o tio materno com 26 anos, desempregado, usuário de drogas.

Análise:

A Informante foi a mãe com a queixa principal – Abuso Sexual por manipulação manual dos genitais de suas três filhas. Hipótese diagnóstica: CID: Z61.4 - Z61.6 Abuso Sexual Instrumentos psicológicos utilizados para Diagnóstico Diferencial durante a perícia: Entrevista familiar, Anamnese, Exame clínico lúdico, Teste projetivo de personalidade HTP, Análise das habilidades escolares.

Entrevista Inicial – Síntese de dados a cerca da ocorrência do Abuso.

A mãe disse que tomou conhecimento dos fatos, através de sua prima, que foi até seu trabalho e disse que suas filhas teriam reclamado que o tio, irmão da mãe havia abusado sexualmente delas. A prima estava muito nervosa e chorava muito. Relatou que na mesma hora, mesmo estando muito nervosa, foi ao juizado de menores para prestar queixa contra o irmão, e que lá a encaminharam para a delegacia de atendimento á mulher. A família morava num mesmo quintal onde havia duas casas, numa morava o tio materno e na outra a mãe com as filhas, ficando o pai ausente durante a semana, trabalhava em uma carvoaria na zona rural.

Neste mesmo período, sua filha mais nova, com 6 anos, apresentava queixas físicas tais como; dores muito fortes na barriga, febre alta e mancava, foi hospitalizada. A criança de 6 anos teria dito a prima da mãe o que o tio lhe fazia. A mãe ficando apavorada com a situação, levou a criança até o hospital para averiguar, mas o exame nada detectou. Os dados referidos a este fato são confusos, ora a mãe relatava que sua prima havia feito a denuncia, outras vezes dizia que era uma irmã. Salientava a todo o momento que a menina teria sofrido abuso, e que o mal estar da criança seria sintoma do abuso. Consta nos autos do processo que a patroa da mãe denunciante confirma a denúncia feita pela prima da mãe, assim como dito na primeira entrevista. A mãe relatou que sua filha mais nova, de 6 anos disse-lhe que seu tio, o indiciado, colocou a mão na vagina de sua filha mais velha, (10 anos), mas que esta filha,

nega o fato e diz que é mentira. Segundo a mãe o fato teria ocorrido durante uns três meses, porém, a mesma não sabe precisar a data com exatidão. O irmão da Mãe é apenas um dos acusados, pois, segundo a própria mãe, há um vizinho e outro homem cujos nomes a mãe não conhecia, também eram suspeitos de terem abusado das crianças. Com tais falas, levantou-se a hipótese de tentativa de descaracterização de um único suspeito.

Posteriormente, durante atendimento individual das crianças, houve um relato clínico das duas crianças mais novas, onde são referidos dois vizinhos, novos suspeitos, conhecidos apenas por apelidos, o que demonstrou uma tentativa das crianças em diagnóstico de confundir os fatos, temendo as consequências (incriminação segundo a lei), talvez por influência da mãe. Um destes vizinhos já foi acusado de ter cometido abuso sexual contra sua enteada, e que provavelmente sua esposa o teria deixado por este motivo. A mãe relatou que um homem, *“colega de trabalho do esposo da carvoaria, estava residindo por uns tempos com a família, já que não têm dinheiro e nem lugar para ficar, mas é só até ele voltar para carvoaria”*.

A delegada Titular da Delegacia de Defesa da Mulher orientou a mãe da criança de que poderia estar havendo o abuso por manipulação dos órgãos genitais, e que seria necessário averiguar os fatos para prevenção, pois, se não houve o abuso por meio dos órgãos genitais, o mesmo poderia vir a acontecer. Segundo a mãe, foi realizado exame de corpo de delito e nada foi diagnosticado. Durante o inquérito policial a família residiu por 6 meses num novo endereço, casa da avó materna, afastadas do convívio com o tio, segundo o relato da mãe, estariam mais calmas. A mãe demonstrou não querer que as filhas fossem interrogadas quanto ao fato denunciado, disse que ela mesma não o faz para não traumatizá-las. Nos últimos dois meses, as crianças e a mãe voltaram a morar no mesmo quintal ao lado do tio suspeito e indiciado.

Observações clínicas durante a entrevista

A mãe enquanto informante apresentou-se quase sempre muito confusa, pensava muito para responder as perguntas, deixando dúvidas quanto à exatidão dos fatos, emocionava-se, embargava a voz e marejava lágrimas nos olhos sempre que tocava no assunto do Abuso. Apresentou-se com vestes apropriadas para as entrevistas, de forma humilde conforme suas posses, porém, com discrição, nunca com maquiagem, ou excesso de adornos. Havia necessidade de lembrá-la o horário rotineiro dos atendimentos psicológicos das filhas, e só compareciam as entrevistas quando solicitadas, alegando esquecimento, mostrando-se dispersa, relapsa, portanto negligenciando o compromisso com a clínica de psicologia.

Síntese de Anamnese

A mãe das crianças tinha 19 anos quando engravidou pela primeira vez, não vive em relação estável com seu marido, passando por muitos conflitos. Teve quatro filhos. Durante as gestações sua pressão arterial oscilava, ficando alta e ocasionando risco para a gravidez. Por duas vezes tentou induzir aborto, ingerindo ervas abortivas populares e a cada nova gravidez se desesperava com o fato. O marido é seu parente consanguíneo (primo de 1º grau), podendo por esta razão o filho primogênito com 12 anos, possuir problemas graves de saúde, que a mãe denominou “crises de ausência”, fazendo convulsões sendo medicado. Referiu-se a si própria como depressiva, fez tratamento medicamentoso e disse ter constantes crises explosivas de humor, acompanhadas de idéias suicidas.

Verificou-se que seu instinto materno de preservação a vida é instável, alguns inconscientes outros não. Na gravidez tentava o aborto, não teve disposição de amamentar os dois filhos mais velhos e a caçula. Ela fez uma amamentação prolongada da terceira criança provavelmente compensando a culpa das tentativas homicidas (abortos). A atitude da mãe de

não vacinar sua prole também é vista como uma negligência, apoiada em uma crença supersticiosa e dissimulada, colocava a vida das crianças em risco e impedindo a imunidade e o direito de preservação da vida. Constituiu sua prole pensando que era fruto da falta de desejo sexual, numa relação conjugal conflituosa e sempre indesejada. As dificuldades financeiras da família, assim como a desestrutura psicológica familiar, retrataram uma adulta imatura para assumir o papel de esposa e mãe.

O pai sempre ausente do lar trabalhava na zona rural, retornando nos finais de semana, era alcoolista, agressivo e violento.

As três irmãs apresentaram sintomas comuns a crianças abusadas: Tensão, enurese, bruxismo, sono agitado, pesadelos, condutas erotizadas prematuras, tendências a pequenas mentiras, roíam as unhas, condutas de manha, agressividade, ansiedade e voracidade para comer, reações psicossomáticas respiratórias, dormiam frequentemente no leito do casal, apresentavam queixas escolares, exceto a de 6 anos. Assumiam precocemente funções domésticas.

Com apenas 10 anos a criança demonstrou preocupação com os problemas econômicos da família, tais como, fazer o controle dos gastos promovidos pela mãe, que pareceram não ter limite, chegando a ter atitudes de repreensão contra os irmãos, visando o controle do orçamento doméstico e outras ações. Sofreu várias perdas e frustrações durante seu desenvolvimento na fase fálica, segundo Freud⁸. É uma púbere curiosa sobre a sexualidade, e apresentou comportamentos de uma adolescente de 15 anos, repertório comum a vítimas de abuso sexual. No relacionamento familiar era sempre passiva tinha medo de pessoas mais velhas, um sintoma do abuso sofrido.

A criança de 8 anos não apresentou dificuldades de relacionamento, sem medo do desconhecido (situação de perícia), mostrou-se corajosa frente aos fatos que lhe interessavam, soube impor-se, e requerer o que desejava. Demonstrou falta de crítica em relação às referências morais comumente instituídas numa família, isto a levou agir com naturalidade e sem a noção real do risco em relações estreitas entre pares ou estranhos do sexo oposto. Este funcionamento segundo a psicanálise se deve aos instintos de defesa da culpa e repressão do ato proibido. Demonstrou notório medo de pessoas mais velhas, o que a faz desconfiar das pessoas e das situações em que se encontra. Este fato ficou evidente na primeira sessão de diagnóstico junto à psicóloga.

A menina de 6 anos apresentou características e comportamentos próprios ao esperado para a idade. Não atribuíam a ela atividades domésticas, porém, a mãe relatou que às vezes esta criança ajudava as irmãs nos afazeres. Preocupa-se com a proteção familiar, pois acredita e chegou a verbalizar que a mãe vai dá-la para uma antiga cuidadora da creche, outras vezes a uma tia. Por fim, havia momentos em que acreditava que o pai iria levá-la para longe da sua mãe, isto provocava na criança uma sensação de abandono constante, “*eu vou morar com a tia...*”; “*minha mãe vai me dar...*”.. Não demonstrou ações libidinosas, como sua irmã mais velha, mas durante as sessões relatou conversas que teve com as irmãs sobre as cenas da molestação sexual sofrida. Tem relativa noção de pudor, não apresentando prejuízo na sociabilidade.

Observações gerais.

A mãe tem baixas expectativas de estudo para suas filhas, alegando à falta de condições financeiras, espera que as filhas concluam o ensino médio. Numa sessão posterior se contradiz, dizendo possuir boas expectativas, pois desejava que suas filhas cursassem a universidade “*mesmo sendo muito lentas*”.

⁸ FREUD, S. **O instinto e suas Vicissitudes**. In: _____. 1980. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, Vol. 14.

As três meninas fazem vínculos sociais com crianças menores, devido à necessidade de se impor frente eles, o que as faz sentir-se seguras e ter algum controle no ambiente.

Investigando os antecedentes familiares, constatou-se vários parentes com problemas emocionais, toxicômanos, alcoolistas e doenças psicossomáticas. O filho primogênito tem certa “*debilidade mental*”, mas não foi possível identificar o diagnóstico exato do mesmo, a mãe descrevia cenas de desmaios e possíveis convulsões.

A família apresenta um repertório de adjetivos grosseiros gerando fantasias ameaçadoras.

Segundo a criança de 10 anos a avó dizia: “... *ela fica lá enfiando a mangueirinha...*”

Quando indagada sobre a veracidade destes fatos a mãe não acredita que a criança o faça.

As meninas de 10 e 8 anos colocam em seus desenhos uma margem que cerca toda a folha representando o enquadre da cena de abuso devido ao pudor e o escondido. Identificou-se a ambivalência na busca do prazer, versus a dor, causada pelo desconforto e prazer das carícias. A casa com porta fechada e sem janela indica a existência do segredo, algo a ser escondido. Os enredos das histórias indicavam meninas que ora se sentem perdidas e ora demonstram preocupações e desejos de adolescente. O sol com olhos fechados e cara de “gozo”, denota prazer oculto, o abuso não lhe parecia agressivo.

Na produção da menina de 10 anos percebeu-se a necessidade de especificar suas caricaturas, colocando legendas, o que denota necessidade de se ter garantias sobre o que ela está passando, um estado de confusão e medo, já que a descoberta do abuso causa vergonha e culpa.

Seus escritos em legendas revelaram necessidade de estabilidade e confiança, a falta de preocupação com a acentuação gramatical demonstra que a criança ainda não atingiu repertório escolar esperado para sua faixa etária. Percebeu-se em suas ações, quase sempre, certo retraimento, com a necessidade de esconder e encobrir suas brincadeiras. Embora demonstrasse o desejo de ser aceita, não consegue impor-se, coloca em suas brincadeiras cenas de contos de fadas que demonstram sua preocupação implícita com sexualidade, é possível identificar isto numa cena do lobo mau com o chapeuzinho vermelho, colocando-o como personagem, este, faz de conta que ele é bonzinho, mas na verdade é mau, outros personagens se transformam em pai, mãe, isto está implícito, mas revela sua desconfiança e prazer pela mentira, conforme literatura (Bruno Bettelheim, 1903-1990). Sua tristeza revela-se na cor roxa, representada nos borrões do papel retratando sua instabilidade familiar, sua fantasia mostra o desejo de esquecer assim como o luto pelo sofrimento e vivência num mundo caótico no qual sobrevive. Existe a negação do fato, o que parece facilitar o esquecimento de seus medos e angústias, o que não significa que a criança não os sinta. A falta de acolhimento familiar fica explícita no desenho da figura da mãe sem braços, sem apoio e amparo.

A menina de 8 anos demonstrou em seus desenhos, que sua curiosidade é maior que o medo do desconhecido, por isto, por vezes, a criança se coloca em risco. Desenhava árvore tombada, representando a falta de proteção da família, o uso excessivo de cola e de brilhos na pintura, indicava sua fantasia de brilho e vaidade de estar unida a alguém. Nas cenas lúdicas, brincando de casinha colocou sempre duas pessoas juntas na mesma cama. Era irreverente no jogo, tendia a trapacear, subtraindo as regras.

A criança de 6 anos percebia a instabilidade familiar, o desenho de sua casa não possui alicerces seguros, suas paredes eram tortas e desestruturadas. Assim como na representação de suas irmãs, seus desenhos demonstram a ambivalência dos sentimentos. Suas brincadeiras eram quase sempre agressivas, demonstravam o desejo de posse e proteção, não apresentava preferências lúdicas, exigindo atenção e reconhecimento de suas necessidades.

A criança com 10 anos, demonstrava desejo de ser adulta, devido à responsabilidade imposta por sua mãe nos cuidados da casa e da família, causando-lhe angústia e preocupação.

A criança de 8 anos, não percebia as implicações de sua realidade, os danos da cena do abuso e a possibilidade de superação do sofrimento psíquico. Negava o abuso e quando lhe perguntavam sobre o fato, defendia o tio, quando este era acusado por sua mãe, alega que suas irmãs mentem muito.

A criança de 6 anos, não tinha noção real do acontecimento, relatou os fatos com naturalidade e ingenuidade, anunciando forte indicio da cena de abuso durante as sessões psicológicas.

Segue abaixo algumas falas da criança de 6 anos:

“... a gente brincava de rela- rela, colocava a mão na florzinha...”

“... mas não doía não...”

“... a gente corria e ele pegava ai colocava a mão lá..”

“...a (irmã de 10 anos) queria sempre...”

“... mamãe bateu”

“... não pode ficar falando disso...”

8 Considerações finais

A mãe tem pouco apego aos filhos, é regredida, imatura, infantil, com movimento inconsciente de ataque aos filhos. Deposita nas crianças a fantasia e interesses de namoro e vaidade, que as leva a condutas erotizadas acima do esperado para sua idade.

A ausência do pai no lar impede a experiência positiva esperada num vínculo paterno. Quando presente, o mesmo se encontra alcoolizado e muitas vezes agressivo, denegrindo sua imagem, este fato pode ter favorecido a aproximação e idealização da figura do tio, que se corrompeu pelos comportamentos incestuosos inadequados e uso de drogas ilícitas.

Esta família já apresentava um padrão de vínculos frágeis e frouxos produzindo relações pseudo incestogênicas; os pais das crianças são primos de primeiro grau, o que pode ainda mais, confundir os elos de relações das crianças. A mãe tentou descaracterizar o abusador, levantando suspeita de atitude abusadora de seus vizinhos, sem contar o desejo da mesma, em voltar à antiga residência, onde o tio indiciado mora, alegando dificuldade financeira. Além destes problemas, o casal acolheu um amigo desempregado.

A prole está em constante risco, necessitam de adultos que se responsabilizem pela sua guarda, proteção e desenvolvimento. Apresentaram o desejo idealizado de família harmoniosa. A avaliação diagnóstica diferencial indicou comportamentos abusadores de manipulação de genitais e molestação, nas meninas de 10 e 8 anos, sendo a criança de 6 anos a denunciadora ocular e verbal dos fatos. A mesma não apresentou indícios de ter sido molestada sua fala espontânea era motivada por não ter capacidade de julgamento e valores morais, enquanto que as mais velhas já têm certo grau de senso de justiça (Segundo Piaget, 1978). Sua fala foi mudando conforme percebia a gravidade do ocorrido e fez a denúncia.

Baseado nos dados foi feito o Laudo Pericial e enviado a solicitante, com a indicação terapêutica: Orientação familiar; Acompanhamento Psicossocial às crianças. O prognóstico é favorável com restrições, uma vez que a família responsável pelas crianças ficava muito ausente no cuidado delas e a mãe negligenciava nos horários agendados para o atendimento psicológico sugerido. Espera-se que a Ciência Psicologia faça uso dos recursos que a Psicanálise infantil pode oferecer, facilitando a comunicação entre indivíduos, aliviando o sofrimento psíquico humano, preservando os direitos humanos e a ética, através da leitura projetiva da associação livre das idéias, sonhos, atos falhos e produções gráficas ou atividades lúdicas.

Referências

- AMORIM,S.M., CONTINI,M.L.J., MEZA,E.R. (Org.) **Avaliação do Processo de Implantação do PAIR**. Campo Grande: UFMS,2008.
- BETTELHEIM,B.&SYLVESTER,E. **Delinquency and Morality**. *Psicoanal. Study Child*,5:329-42,1950.
- CID -10: Classificação de transtornos Mentais e do Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e diretrizes Diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia – Legislação**. N.7, 1995.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Brasília: CFP,1996.
- COSTA Jr., P.J. **Comentários ao Código Penal**.São Paulo: Saraiva, 3 vols. 1987.
- COEL, C., SEGRE, M., FERRAZ, F.C. (Org.) **Saúde Mental Crime e Justiça**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CUNHA, Jurema Alcides...[et al] **Psicodiagnóstico V.5ªed.** , Porto Alegre: Artmed, 2000.
- D´ANDREA, F.F. **Desenvolvimento da Personalidade**. São Paulo: Difel, 1986.
- ESTATUTO da criança e do adolescente. Brasília: MEC. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- FREUD, S. **O instinto e suas Vicissitudes**. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, Vol. 14. 1980.
- GUERRA,Viviane N. de A. **A violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. São Paulo: Cortez, 1987.
- KLEIN, M. El **Psicoanálisis de niños**. Buenos Aires: Hormé, 2ª ed. trad. por A. Aberastury 1964.
- MELTZER, D. “A história do Por Que?” **In. O Desenvolvimento Kleiniano.-1- Desenvolvimento Clínico em Freud**. São Paulo: Escuta, 1989.
- OCAMPO, M. L. S. **O Processo Psicodiagnóstico e as Técnicas Projetivas**. Trad. Mirian Felzenszwalb. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- OLIVEIRA, J. (Org.). **Código Civil**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- PIAGET, J., INHELDER, B. **Psicologia da Criança**. 5ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978.
- RAPPAPORT, C.R. ET AL. **Teorias do desenvolvimento – conceitos fundamentais**. Vol.1, São Paulo: EPU,1981.
- ROVINSKI, S.L.R. **Fundamentos de Psicologia Forense**. São Paulo: Vetor,2004.

TABORDA, J.G.V. Exame Pericial Psiquiátrico. In TABORDA, J.G.V., CHALUB, M., ABDALLA. E., **Psiquiatria Forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

VAN KOLCK, O.L. **Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico**. São Paulo: EPU, 1984.

VOLNOVICH, J., R.(Org). **Abuso Sexual na Infância**. Rio de janeiro: Lacerda, 2005.

UM ESTUDO DO LIVRO “GUIA TEÓRICO DO ALFABETIZADOR”.

Vanderlete Ferreira de Vasconcelos Rezende (G – UEMS)
Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo do livro **Guia Teórico do Alfabetizador**, de Miriam Lemle, que está voltado para a formação do professor alfabetizador. Nesse livro, são focalizados alguns conhecimentos básicos sobre a língua, estes que são fundamentais para o trabalho nas classes de alfabetização, já que é necessário que o professor dessa área seja um conhecedor lingüístico e seja consciente da maneira mais adequada de alfabetizar. Além disso, a autora tece críticas sobre os preconceitos com a linguagem popular que acabam por dificultar ainda mais o processo de alfabetização. Para melhor compreensão das idéias apresentadas pela autora, buscou-se referencial em Cagliari e Magda Soares, visando clarear as opções teóricas trazidas no referido livro.

Palavras-chave: Alfabetização; Língua; Alfabetizador.

Abstract: The present article has as objective to undertake a study of the book **Guide of Theoretical Alphabetize**, Miriam Lemle, which is dedicated to the training of alphabetize teacher. In this book, are focused some basic knowledge about the language, which are basic to the work in the literacy classes, for it is necessary that the teacher of that area is an insider language and be aware of the most appropriate way to alphabetize. Furthermore, the author has made criticism of the prejudices with the vernacular that ultimately make it more difficult the process of literacy. For better understanding of the ideas presented by the author, trying to reference in Cagliari and Magda Soares, aiming to lighten the theoretical options brought in that book.

Key words: Literacy; Language; Alphabetize.

1 Introdução

Hoje, mais do que nunca, a alfabetização é um tema que gera muitos estudos e reflexões na tentativa de se encontrar a maneira mais plausível de se alfabetizar. Para tanto, estudiosos e pesquisadores falam dos métodos que podem auxiliar o professor para que haja um bom desenvolvimento no processo de alfabetização de seus alunos. Mas aí acontecem experiências desastrosas, não se sabe se é por causa do método adotado, ou devido ao despreparo dos profissionais, inseguros sobre a função de ensinar.

Sabe-se que a etapa de alfabetização é decisiva no processo de desenvolvimento escolar do educando. Em decorrência disso, a tarefa de alfabetizar não é fácil, requer que o profissional dessa área seja um bom conhecedor da língua e simultaneamente capaz de enfrentar todos os tipos de problemas lingüísticos.

A idéia de realizar esse estudo surgiu quando eu cursava o magistério, nessa época me chamava a atenção a quantidade de crianças que não conseguiam concluir a primeira série, hoje segundo ano do ensino fundamental. Esse contato se tornou mais freqüente, devido aos estágios que tinha que fazer, onde me deparei com essa realidade com uma incidência assustadora. Isso, alavancou ainda mais a intenção de realizar estudos dessa natureza.

À princípio, não acreditava que o fracasso escolar e os índices alarmantes de repetência e evasão escolar fossem somente deficiência da criança, acreditava sim que pudesse ser alguma deficiência na formação do professor. Naquele momento, não conseguia encontrar respostas para elucidar as minhas dúvidas. Como hoje tenho a oportunidade para tal, resolvi, portanto, estudar criticamente como deve ser a formação do professor alfabetizador.

Dessa forma, o estudo do conteúdo do livro “Guia Teórico do Alfabetizador” tem por objetivo ampliar minha visão em relação ao processo de alfabetização, para que venha a ser um suporte teórico capaz de contribuir na minha formação enquanto futura educadora alfabetizadora que pretendo ser.

2 O Livro e Sua Autora

Neste livro, Miriam Lemle (2001) vem denotar, de uma maneira simples e objetiva, vários conhecimentos básicos sobre a língua, estes que são fundamentais para o trabalho nas classes de alfabetização, tendo em vista que, por exemplo, as diferentes formas de pronunciar as palavras afetam a aprendizagem da língua escrita. O estudo da língua é muito mais que a forma como pronunciar as palavras.

O “Guia teórico do alfabetizador” tem como propósito apresentar a professores de classes de alfabetização os fundamentos de que eles necessitam para compreender os fatos da língua com que lidam no seu dia-a-dia.

O exemplar analisado pertence à 15ª edição, publicada no ano 2001 na Série Princípios e foi editada por meio da editora Ática, em São Paulo. O livro é dividido basicamente em sete partes em que são tratados temas relacionados à alfabetização.

Inicialmente, o capítulo um faz uma introdução ao tema; no capítulo dois trata das capacidades necessárias para se realizar a alfabetização. Posteriormente, no capítulo três, trata especificamente do tema alfabetização, demonstrando algumas etapas que permeiam esse momento na vida do educando. No capítulo quatro, demonstra um grande impasse, o qual se apresenta de diversos modos preconceituosos, que se relaciona à variação entre língua falada e língua escrita. O quinto capítulo é semelhante a uma conclusão às proposições apresentadas anteriormente pela autora, onde ela reflete as questões da alfabetização em detrimento do preconceito lingüístico existente em nossa sociedade. O sexto capítulo trata-se de um vocabulário crítico, e o sétimo capítulo é uma bibliografia comentada.

A autora Miriam Lemle, grande contribuinte para os estudos em educação no Brasil, possui um vasto currículo:

A autora Miriam Lemle (2001), possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1959), mestrado em Lingüística pela University of Pennsylvania, USA (1965) e doutorado em Lingüística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980). Fez pós-doutorado no MIT, USA (1985) e é Livre Docente pela UFRJ (1987). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Laboratório CLIPSEN - Computações Lingüísticas: Psicolingüística e Neurofisiologia. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Gramática Gerativa, atuando como professora, orientadora e pesquisadora principalmente nos temas de teoria e análise lingüística, aquisição de linguagem, morfologia distribuída, semântica, e neurolingüística. (Currículo lattes. Disponível no site CNPq).

2.1 As Capacidades Necessárias Para a Alfabetização

Neste capítulo, Lemle (2001) faz referência aos saberes e concepções que podem ajudar o educando a chegar ao processo de alfabetização. Para tanto, ela determina cinco momentos em que a intervenção do professor é de fundamental importância, pois são marcadores do desenvolvimento das impressões perceptivas de leitura e escrita da criança.

O **primeiro momento** determinado pela autora, questiona o que representam aqueles risquinhos pretos em uma página em branco. Segundo Lemle (2001), para que uma pessoa possa aprender a ler e a escrever, ela precisa primeiramente entender que a fala pode ser simbolizada até mesmo por alguns risquinhos pretos em uma página em branco.

Assim sendo, para que a fala seja relacionada a tais rabiscos, torna-se necessário compreender que “[...] a idéia de símbolo é bastante complicada. Uma coisa é símbolo de outra sem que nenhuma característica sua seja semelhante a qualquer característica da coisa simbolizada” (LEMLE, 2001, p. 7).

Os risquinhos “[...] são símbolos de sons da fala” (LEMLE, 2001, p. 7), e por mais simples que pareça a sua compreensão para aqueles que já são alfabetizados, os mesmos não são tão simples quanto parecem para aqueles que ainda não estão familiarizados com eles.

No **segundo momento**, a autora observa que as letras para quem ainda não se alfabetizou são risquinhos pretos na página branca. Logo:

[...] O aprendiz precisa ser capaz de entender que cada um daqueles risquinhos vale como símbolo de um som da fala. Assim sendo, o aprendiz deve poder discriminar as formas das letras. As letras do nosso alfabeto têm formas bastante semelhantes, e por isso a capacidade de distingui-las exige refinamento na percepção. (LEMLE, 2001, p. 8)

A autora revela que o aluno deve ter a capacidade de notar as diferenças entre as mais variadas letras e que cada símbolo corresponde ao som da fala. Afinal, essas representações apresentam grande semelhança em sua forma. “São sutis as diferenças que determinam a distinção entre as letras do alfabeto.” (LEMLE, 2001, p. 9).

Complementando essa idéia, Cagliari (2003, p. 90) explica que “[...] A língua portuguesa é a soma desses sistemas todos, por serem eles muito semelhantes entre si”. Neste caso o autor faz referência aos diversos sistemas fonológicos em relação aos diversos dialetos existentes. Denota-se, dessa maneira, que realmente o sistema de escrita, inicialmente, apresenta complicações que podem se tornar empecilhos tremendos que dificultam a aprendizagem do aluno.

No **terceiro momento**, que ela considera como problema, acontece a conscientização da percepção auditiva. Aqui, “[...] é preciso saber ouvir diferenças linguisticamente relevantes entre esses sons, de modo que se possa escolher a letra certa para simbolizar cada som”. (LEMLE, 2001, p. 9)

Além das dificuldades apresentadas no segundo momento com as distinções entre símbolos, agora se descobre que os mesmos possuem sons distintos que em diversas oportunidades eles podem se confundir, e que sua distinção é essencial no momento da opção que se faz ao relacionar letra/som ou grafema/fonema.

No **quarto momento**, apresenta-se a dificuldade em captar o conceito de palavra.

O importante, na idéia da unidade palavra, é que ela é o cerne da relação simbólica essencial contida numa mensagem linguística: a relação entre conceitos e seqüências de sons da fala. [...] a escrita contém, na verdade, esses dois níveis de representação simbólica: a representação de conceitos através de sons e a representação de sons através das letras. (LEMLE, 2001, p. 11-12)

Surge aqui um grande impasse no que se refere à palavra estudada. Segundo a autora, uns imaginam que no processo de alfabetização devam ser usadas palavras de uso diário e constante da criança, para que assim ela possa ter ampla facilidade de compreensão do processo, entretanto, outros defendem a idéia de que devem ser usadas palavras diferentes das usuais pois assim o aluno terá a oportunidade de aprender palavras novas. Sobre isso a autora assim se posiciona sobre essa questão: “[...] É certo que a escrita representa o sentido, mas indiretamente, intermediada pela representação dada pelas letras aos sons da fala”. (LEMLE, 2001, p. 12).

No **quinto momento**, o problema para o alfabetizando é reconhecer as sentenças e ter a compreensão espacial da página em nosso sistema de escrita. Segundo a autora

[...] essa necessidade não precisa ser colocada logo de início, pois o aprendiz pode aprender a tomar consciência dessa unidade no decorrer de suas primeiras leituras. [...] a idéia de que a ordem significativa das letras é da esquerda para a direita na linha, e que a ordem significativa das linhas é de cima para baixo na página. Note que isso precisa ser ensinado, pois dessa compreensão decorre uma maneira muito particular de efetuar os movimentos dos olhos na leitura. (LEMLE, 2001, p.12)

Após apresentar esses cinco momentos da alfabetização, Lemle (2001) apresenta algumas idéias de atividades que podem ser desenvolvidas a partir das representações sugeridas.

É interessante a maneira como são apresentadas as atividades sugeridas pela autora. São atividades desenvolvidas há muito tempo, podemos até chamá-las “antigas”, e são desenvolvidas a fim de alavancar o processo de alfabetização, as quais, na concepção de diversos teóricos podem ser consideradas tradicionais.

Exercícios de desenhos de pequenas formas: círculos, traços, cruces, quadrados, ângulos, curvas, espirais, composições com várias unidades de formas diversas. Na escola antigamente, as crianças preenchiam páginas e mais páginas com linhas verticais enfileiradas, linhas inclinadas, cíclozinhos, arquinhos e exercícios e mais exercícios de traçados, antes de começar a alfabetização. Sem chegar ao exagero, parece-me que há lugar para um certo retorno a essa disciplina, pois hoje é muito comum ver pessoas segurando mal o lápis, colocando torto o papel sobre a mesa, sentando-se errado para escrever, começando o traçado das letras de modo arrevesado. Cultivar a boa técnica na escrita é um valor que merece voltar à moda. (LEMLE, 2001, p. 14)

É importante reconhecer que atividades como essas trarão algum benefício à criança no quesito aprendizagem, entretanto é preciso voltar-se para questões mais concretas, afinal, o início da alfabetização requer ensinamentos que vão além da leitura e da escrita, mas englobam posturas elementares e complementares.

2.2 A Alfabetização

A alfabetização é compreendida de maneiras diferenciadas por vários autores, isto é, na concepção desses teóricos a palavra alfabetização tem significados diferentes. Cada um expõe de forma clara e objetiva a sua definição.

Segundo Soares (2004), atualmente vem se tentando atribuir significado muito amplo à alfabetização, sendo considerada como um processo contínuo, que não competiria somente na aprendizagem da leitura e da escrita.

[...] etimologicamente, o termo *alfabetização* não ultrapassa o significado de “levar à aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever; pedagogicamente, atribuir um significado muito amplo ao processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita, na definição da competência em alfabetizar. (SOARES, 2004, p. 15)

Para Soares (2004), o termo alfabetização significa nada mais do que conhecer o alfabeto, ou melhor, ensinar as habilidades de ler e escrever. Já outras atribuições muito abrangentes do termo, negariam sua função, sendo até mesmo desnecessárias.

Com base nessas colocações da autora, a alfabetização é conceituada como:

[...] um conjunto de habilidades, o que caracteriza como um fenômeno de natureza complexa, multifacetado. [...] explicam por que o processo de alfabetização tem sido estudado por diferentes profissionais, que privilegiam ora estas ora aquelas habilidades, segundo a área de conhecimento a que pertencem. Resulta daí uma visão fragmentária do processo e, muitas vezes, uma aparente incoerência entre as análises e interpretações propostas. (SOARES, 2004, p.18)

Sendo considerada como um conjunto de habilidades, a alfabetização é estudada por várias áreas do conhecimento, e em muitas ocasiões confunde-se com letramento por conta de algumas definições. Entretanto, estudos cada vez mais aprofundados sobre o assunto procurando compreender melhor esse processo, acabam contribuindo em surgir interpretações um pouco destorcidas de sua atribuição.

Ao exercício efetivo e competente da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor. (SOARES, 2004, p. 91-92)

Assim, o diferencial entre alfabetização e letramento é seu uso social. A alfabetização empreende a capacidade de aprender a ler e escrever, ao passo que o letramento consiste em fazer uso social da leitura e escrita. Dessa forma, é possível que se tenha alfabetizados iletrados e analfabetos letrados.

Já Barbosa (1994), coloca que na atualidade o processo de alfabetização é entendido como um ensino que deve ser passado para várias crianças ao mesmo tempo visando noções da leitura e da escrita e explica que:

O processo de alfabetização, tal como foi concebido, exige certas condições prévias que possibilitam à criança identificar elementos não significantes na escrita, estabelecer correspondências termo a termo, considerar uma ordem prefixada etc. Tal como foi concebida, a alfabetização torna necessário um certo estágio de desenvolvimento das operações intelectuais. Todas as tentativas de ensino de

alfabetização, sem que estas condições estejam realizadas na criança, redundam em fracasso (quer sejam condições perceptivas, quer sejam condições conceituais). (BARBOSA, 1994, p. 72)

Conforme Lemle (2001), o alfabetizando considera a união das letras como um casamento entre elas. Alguns desses casamentos se adaptam ao sistema de monogamia, ou seja, uniões em que os indivíduos possuem um único par. Entretanto, outros tipos de uniões são denominados poligamia, ou seja, uniões em que os indivíduos possuem mais de um parceiro, não encontrando uniões estáveis.

Baseando-se nesses parâmetros, Lemle (2001) explica que o alfabetizador poderá trabalhar com pelo menos quatro etapas do ensino da língua escrita. São elas:

A teoria do casamento monogâmico entre sons e letras: nesta etapa considera-se que o grande progresso na aprendizagem do aluno é quando ele compreende que na escrita cada letra corresponde a um som, processo esse denominado monogâmico e que pode ser considerado o mais simples na alfabetização. No entanto, ela afirma que:

[...] não podemos nos agarrar com rigidez ao intuito de manter o alfabetizando resguardado por algum tempo das complicações da escrita. As palavras vão jorrar de todos os lados, as crianças vão trazê-las, e não seria sensato exagerar o peneiramento dos dados. Se as letras indesejadas forçaem sua entrada, será preciso adiantar a explicação de que essas letras podem, às vezes, ter outros sons, quando colocadas em outras posições. (LEMLE, 2001, p. 27)

Isso implica que não necessariamente o educando precisa se manter afastado de outras escritas, que se apresentam para eles ainda complicadas; pois o mesmo está constantemente em contato com as mais variadas letras. Assim, o educador poderá partir do que a criança traz do seu cotidiano para aprofundar e estimular o seu desenvolvimento em relação à escrita.

Nesse sentido, a autora apresenta alguns passos que facilitarão o trabalho de alfabetização. Inicialmente, deixar o aluno explorar as hipóteses de que cada letra possui um único som, mas que esse tipo de atitude dure um curto espaço de tempo. Num segundo momento, o alfabetizador deveria deixar entrar as letras menos virtuosas e assim sucessivamente. “Cabe ao professor decidir por quanto tempo convém trabalhar sob a redoma da hipótese da monogamia”. (LEMLE, 2001, p. 27)

A teoria da poligamia com restrições de posição: consiste em compreender que a emissão da letra depende da posição que ela ocupa na palavra “[...] para cada som numa dada posição, há uma dada letra; a cada letra numa dada posição corresponde um dado som” (LEMLE, 2001, p. 29).

A partir do momento em que o aprendiz consegue estabelecer o uso correto da letra, ele estará avançando no processo de construção de conhecimento de leitura e escrita. Para tanto, a autora sugere propor para os educandos, atividades de pesquisa que fortalecerão a descoberta pela alfabetização.

“Trabalhando dessa maneira, o alfabetizador ajudará seu aluno a perceber que a hipótese da monogamia é inviável”, explica Lemle (2001, p. 29). Na verdade, são muitas as letras que apresentam sons e posições diferentes cabendo maior interpretação para a hipótese do que a autora chama de poligamia.

As partes arbitrárias do sistema: segundo a autora essa é a etapa mais difícil, e pode durar toda a vida, afinal, “[...] ninguém escapa de um momento de insegurança sobre a ortografia correta de uma palavra rara”. (LEMLE, 2001, p. 31)

Para facilitar a representação dessas letras que apresentam dificuldade em sua significação, é necessário que o alfabetizador possa sempre esclarecer as dúvidas de seus

alunos em relação à ortografia correta; estimular o uso do dicionário, conduzir o aluno a entender o contexto em que essas letras são utilizadas, etc.

Nessa arbitrariedade apresentada pela formação de determinadas palavras e a total falta de nexo entre algumas delas, muitas dúvidas dos alunos vão surgir, questionando significados, como por exemplo, o motivo pelo qual a palavra cinco e sino possuem escritas diferentes se aparentemente o som representado é o mesmo.

Para isso, a autora sugere que se busque a origem latina das palavras e que se conte a história do surgimento e formação da língua portuguesa. “Se bem dadas, tais explicações poderão, até, despertar certo brio pela historicidade da língua e da comunidade que a usa”, esclarece Lemle (2001, p. 33).

A autora ainda salienta que o professor não deve dar importância aos erros advindos desse problema. Segundo Lemle (2001, 34), “[...] gradativamente, com a prática da leitura e da escrita, tais erros diminuirão. A preocupação com a ortografia não deve crescer a ponto de inibir a expressão escrita da criança”.

De fato, a cabeça do alfabetizando nesta fase deve estar cheia de dúvidas e, portanto, muitas são as palavras que possuem dificuldade para compreensão da criança. Se, além disso, o professor ainda levar em consideração, constantemente, os erros ortográficos, eles se tornarão um empecilho para a criança, de modo que outras dificuldades surgirão a partir desta.

Variação dialetal e arbitrariedades nas reações entre sons e letras: O Brasil, sendo tão rico em extensão territorial, não poderia deixar de apresentar também uma rica quantidade de dialetos e variações lingüísticas.

Lemle (2001) chama a atenção de professores para que não cometam erros bárbaros com seus alunos no sentido de não considerar e levar em conta as diversas regiões do país com sua diversidade lingüística e seus diversos dialetos.

É uma falha profissional um professor compartilhar desses preconceitos e dar mostras de assumir essa maneira de valorizar e desvalorizar as características da fala das pessoas. Um professor que demonstra desprezo por características da fala de seus alunos ou que os desvaloriza por isso ainda não adquiriu os componentes de personalidade próprios da profissão do professor. Faz parte da competência profissional de um professor a atitude respeitosa para com a maneira de falar da comunidade em que exerce seu trabalho. (LEMLE, 2001, p. 35).

Por essas palavras da autora, percebe-se que apesar de existir uma norma dita padrão, o professor deve levar em conta as variações lingüísticas apresentadas por seus alunos para que sua atitude de ensinar não se torne preconceituosa.

É importante salientar que a autora considera essencial que o alfabetizador tenha conhecimento sobre morfologia, para poder explicar a origem das palavras e o porque de certos vocábulos que aparentemente não têm explicação para a utilização de algumas letras. Um professor que chegue a ser alfabetizador, necessariamente consente a necessidade de um profissional preparado e consciente de seu trabalho.

Nesta etapa vale a pena ressaltar a importância de se estudar tanto os sufixos, quanto os prefixos das palavras, para que haja maior conhecimento da grafia correta. Conforme Lemle (2001, p. 38) afirma que “[...] É importante que o professor tenha alguma informação sistemática sobre a estrutura morfológica das palavras em português e, também, um mínimo de conhecimentos sobre a história da língua”.

De fato, muitas dúvidas serão apresentadas pelos alunos sobre a origem de algumas palavras. Se o professor não tiver um mínimo sequer de conhecimento sobre a estrutura das palavras seus alunos continuarão com dúvidas pendentes.

A metodologia – considerações críticas: A autora faz um esboço dos métodos de alfabetização que possuem relação com as etapas de desenvolvimento do processo de aquisição de conhecimentos. Dessa forma, apresenta o método sintético e o método analítico. A autora explica que esses são dois caminhos diferentes para se chegar à alfabetização.

Há, basicamente, dois métodos possíveis oficialmente reconhecidos para conduzir o trabalho da alfabetização: mostrar primeiro as letras e ensinar suas correspondências com sons e depois ensinar a compor com elas as sílabas e as palavras; ou mostrar primeiro palavras – ou frases – e ensinar a identificar nelas as unidades componentes – as letras – e os sons que lhes correspondem. O primeiro caminho recebe o nome de método sintético, pois a tarefa consiste em sistematizar seqüências, dados os átomos componentes. O antigo método de recitação do bê-á-bá encaixa-se nesse tipo. O segundo caminho recebe o nome de método analítico, já que parte das seqüências completas, sendo a tarefa de analisá-las e identificar os átomos. (LEMLE, 2001, p. 42-43)

Cagliari (2007) faz um amplo enfoque de como é visto o método na escola, tendo um significado muito relevante no processo de alfabetização, entretanto é preciso destacar que os métodos não são tudo. Eles é que devem ser manipulados servindo de apoio para o professor alfabetizador.

[...] Os métodos não são uma coisa irrelevante na escola. Pelo contrário, na escola e na vida, os métodos são fundamentais porque eles conduzem a resultados esperados ou não. Eles trazem o sucesso ou trazem o fracasso. Porém, os métodos não são tudo. (CAGLIARI, 2007, p.52)

É evidente que os métodos são relevantes na escola e na vida das pessoas, entretanto eles não são tudo. Como se nota, com freqüência a escola deixa as ações docentes de lado para dar mais valor aos métodos. Antes eram os métodos das cartilhas que foram se aprofundando e se tornaram livros didáticos. “Esses métodos de alfabetização do século XX originaram-se de experiências pessoais que viraram livros didáticos”, explica Cagliari (2007, p. 58).

A partir do século XX, a alfabetização passou a ser uma necessidade na vida das pessoas, com isso foram divulgados métodos mais rígidos, de experiências bem sucedidas de seus autores, mas no início começaram a dar relevância apenas ao método, deixando de lado o papel do professor, isso foi um equívoco, provando que o método por si só não alfabetiza ninguém, explica Cagliari (2007).

Colocou-se tanta competência nos métodos, de forma que a eles cabia a responsabilidade de tornar o indivíduo alfabetizado. “Essa situação confusa e destrutiva começou quando tiraram a competência do professor”. (CAGLIARI, 2007, p. 59)

Finalmente, a autora faz considerações sobre a importância de se trabalhar a variação na língua falada pelos alunos, não aderindo somente na unidade da língua escrita para que assim, o professor não incorra em injustiças ao obrigar seu aluno a esvaziar-se dos conceitos que naturalmente assumiu em seu seio familiar, para agora aprender a norma dita padrão.

3 Considerações Finais

Após a análise do conteúdo do livro, podemos observar que o professor voltado para a alfabetização precisa ser conhecedor da língua, e simultaneamente de sua estrutura. Assim, ele compreenderá que a língua falada, conforme cada região do país se distancia bastante da língua escrita que segue um padrão. Porém, nem por isso, o aluno que pronuncia a palavra diferente da norma culta deve ser deixado de lado e rotulado como aquele que apresenta insuficiência na sua aprendizagem lingüística.

Objetivávamos realizar um estudo sobre o livro “Guia Teórico do Alfabetizador” de Miriam Lemle, buscando respostas para indagações antigas em relação ao processo educativo. Afinal, o aluno não aprende por conta de deficiências pessoais, ou os professores não são formados com potencial coerente visando a formação integral do aluno?

Impressionada, descobri que na maioria das vezes o problema que leva os alunos a repetência e evasão escolar, não está neles, nem em sua condição social, mas nos próprios professores que não compreendem esta condição social e acabam por esvaziar estas crianças de seu saber naturalmente constituído para preenchê-las com as condições da classe dominante.

O estudo do livro apresentou-se muito prazeroso, por me deparar com obras de literatura simples e direta que tratavam dos temas com organização e objetividade. Na verdade, minhas dúvidas me aguçaram ainda mais a vontade de aprofundamento, de forma que este estudo foi apenas uma fagulha de curiosidade em meus anseios e questionamentos.

No livro ficou evidente, a existência de recursos dos quais o alfabetizador pode se valer para facilitar a execução de seu trabalho, além de deixar claro que o processo da alfabetização possui várias etapas importantes que auxiliarão o alfabetizando na sua aprendizagem.

Para análise das questões apresentadas por Lemle (2001), nos embasamos principalmente em Soares e Cagliari, dentre outros autores para compreender e apreciar os quesitos discutidos pela autora.

Conclui-se que esse livro trata-se de um suporte teórico, que vem contribuir com o crescimento do profissional das classes de alfabetização. Outrossim, auxiliá-lo(s) na busca de um alfabetizar mais eficaz para os alfabetizandos.

4 Referências

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 2. ed. São Paulo: Corte, 1994.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Lingüística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2003.

_____. Alfabetização – o duelo dos métodos. In: SILVA, Ezequiel Teodoro (org.) **Alfabetizando no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

LEMLE, Miriam. **Currículo lattes**. Disponível em:
<<http://www.lattes.cnpq.br/434018257121122-149k>>. Acesso em: 13 ago 2008. 8:45.

_____. **Guia Teórico do Alfabetizador**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Alfabetização e Letramento**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.